



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

**A IMPLANTAÇÃO DA VIA MANGUE E OS CONFLITOS ENTRE
MOBILIDADE URBANA, MEIO AMBIENTE E SOBREVIVÊNCIA NO RECIFE.**

Paulo Alexandre Xavier Marques¹

Resumo: Discute-se neste trabalho acerca dos impactos socioambientais sofridos pelas populações das comunidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, na cidade de Recife, após a sua remoção em maio de 2010 para o “Residencial III Via Mangue”, em função da construção da “Via Mangue”, um complexo projeto viário, que segundo a o governo municipal tem três finalidades: promover a mobilidade urbana, a proteção do meio ambiente e a inclusão social. Este artigo tem como base uma pesquisa de campo do tipo exploratória, que servirá como base para o desenvolvimento de uma dissertação de Mestrado em História. O mesmo pode contribuir para a Educação Ambiental, lançando luz sobre a problemática da representação das chamadas favelas e de seus moradores, que orienta políticas e projetos na maioria das vezes fundamentado em pressupostos equivocados, em geral superficiais, baseados em estereótipos que não permitem uma compreensão aprofundada sobre a realidade social, econômica, política e cultural em sua totalidade e complexidade. A referida pesquisa tem como fonte principal a oralidade dos próprios moradores, além de periódicos e pesquisas bibliográficas. Foram adotados como instrumentos para a coleta de dados a abordagem direta, através de entrevistas semiestruturadas, observações simples e análises fotográficas. As primeiras conclusões apontam para saltos qualitativos na qualidade das moradias, mas também para um processo sociocultural desestruturante, que contradiz os objetivos propostos pelo poder público na medida em que, em muitos aspectos, ameaça a sustentabilidade social a partir do agravamento dos conflitos urbanos.

Palavras chaves: favela; planejamento urbano; impacto socioambiental.

¹ Arquiteto da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e mestrando do Programa de Pós-graduação em História da UFCG. Rua Aprígio Veloso, 882, Bloco BH, Primeiro andar, Sala 107 - Bairro Universitário, Campina Grande - PB, Brasil - CEP.: 58.429-900 – paxm@ibest.com.br

Abstract: This paper discusses about the environmental and social impacts suffered by the populations of the communities "Xuxa" and "Deus nos Acuda" in the city of Recife, after his removal in May 2010 to the "Residential III Via Mangue", due to the construction of "Via Mangue" a complex road project, which according to the municipal government has three purposes: to promote urban mobility, environmental protection and social inclusion. This article is based on a field exploratory research, which will serve as a basis for the development of a Master's thesis in History. This discussion can contribute to environmental education, shedding light on the issue of social representation of slums and its residents, which guides policies and projects most often based on wrong assumptions, generally superficial, based on stereotypes that do not allow an understanding depth look at the social, economic, political and cultural in its entirety and complexity. Such research has like the main source the orality of the residents themselves, plus periodicals and literature searches. It was used as instruments for data collection the direct approach, through semi-structured interviews, observations and simple photographic analysis. The initial findings point to qualitative leaps in the kind of housing, but also for a sociocultural deconstructive process, which contradicts the goals proposed by the government since it, in many ways, increases the social threat from the aggravation of urban conflicts.

Key words: slum, urban planning, environmental impact.

1. Favelas: as aldeias do mal

Hoje, a maior parte da população brasileira vive nas cidades, o que tem comprometido crescentemente as condições de vida, refletindo uma crise ambiental urbana. Portanto, numa perspectiva contemporânea, torna-se relevante uma reflexão acerca das práticas do pensar e do agir em torno da questão ambiental. De acordo com Leff (2001), não se pode resolver os crescentes e complexos problemas ambientais, revertendo suas causas, sem uma profunda reformulação nos sistemas de conhecimento, dos valores e das práticas geradas pelas dinâmicas de racionalidade existentes.

Atualmente, não só no Brasil, mas em todo o mundo globalizado, a Educação Ambiental é entendida de uma forma abrangente, acrescentando ao uso sustentável dos recursos naturais a ideia de sociedades sustentáveis, através da noção de justiça ambiental, que segundo Acselrad, Mello e Bezerra (2009), integra as lutas ambientais e sociais e denomina um quadro de vida no qual a dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. Dessa forma entende-se que a noção de sustentabilidade implica a necessidade de uma inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento (Jacobi, 1997).

Nesse contexto, entram em jogo no ambiente urbano as relações de poder entre os diversos atores sociais, através da construção das diversas representações. Zhouiri (2007)

sustenta que as relações de poder entre os sujeitos sociais, à medida em que conjugam determinados significados de meio ambiente, espaço e território, consolidam certos sentidos, noções e categorias que passam a legitimar e sustentar as ações sociais e políticas.

É diante desse quadro que se entende o grande avanço tecnológico ocorrido no século XX não apenas como portador de soluções e facilidades, mas também de uma série de complexidades, como consequência das grandes mudanças geradoras de novos modos de vida e de novos modelos de organização social, que configuram eventos de grande impacto social e ambiental. São questões como os conflitos entre grupos sociais de diferentes identidades no espaço urbano, envolvendo a necessidade de assentamentos para os novos contingentes populacionais deslocados do campo para as cidades e de novos meios de sobrevivência para essas mesmas populações. Este fenômeno gerou uma série de problemas, como os de segurança pública, de saúde, de estética, de ecologia e de mobilidade urbana, cujas soluções são transpassadas pelas relações de poder entre os diversos atores sociais, entre os quais os gestores públicos.

No caso da história recente da cidade de Recife (últimos 10 anos), essa problemática é marcada pelo fato de que as soluções ali praticadas, ainda bastante influenciadas por posturas positivistas, com suas limitações para compreensão dos processos sociais, têm se mostrado ineficientes, e muitas vezes agravantes dos problemas a que visam resolver.

Neste sentido, observa-se não apenas em Recife, que a prática do urbanismo nas grandes cidades brasileiras ainda está muito condicionada à estética da paisagem urbana e à organização espacial em função das atividades que nela se desenvolvem. Não que isso seja propriamente inútil em si mesmo, mas por ser comumente usado a serviço da segregação, do controle social e da alienação, não cessando de produzir efeitos contrários àqueles que anunciam os planejadores urbanos (HUGHES, 2004; SOUZA, 2006).

A partir desses pressupostos, toma-se como tema central desta discussão, portanto, a problemática da intervenção governamental em comunidades pobres representadas pela sociedade como favelas². Estas, por serem assentadas em áreas não legalizadas, onde as condições de moradia são precárias, a infraestrutura urbana inexistente e onde a população

² “a representação das favelas e de seus moradores orienta políticas e projetos que, na maioria das vezes, se fundamentam em pressupostos equivocados, em geral superficiais, baseados em estereótipos que não permitem uma compreensão aprofundada sobre a realidade social, econômica, política e cultural em sua totalidade e complexidade” (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2009).

tem como fontes de renda atividades informais, são estigmatizadas como “aldeias do mal”, as quais ameaçam a parcela da população da cidade que dela se sente distinta.

Não obstante esta estigmatização, detecta-se nessas comunidades, embora em condições de invisibilidade social, uma economia e uma cultura próprias, dando viabilidade à existência de indivíduos e grupos sociais, os quais continuam escrevendo suas histórias, através de suas práticas cotidianas, conscientes de seu direito a um lugar no mundo e à sua autodeterminação.

As cidades são experiências visuais, lugares saturados de significações, acumulados através do tempo (BRESCIANE, 1998). No entanto, a reprodução do espaço na metrópole, na sua incessante busca pelo novo, pelo moderno, faz com que novas formas urbanas se construam sobre as outras, tendo como tendência a destruição de referenciais urbanos. Desta forma, as práticas urbanas são invadidas, paralisadas ou mesmo atropeladas, uma vez que tais intervenções produzem possibilidades de empobrecimento das relações de vizinhança e mudança das relações dos homens com os objetos que lhe são próximos (CARLOS, 2004). Forçados pelas intervenções, eles se veem afastados de todas as referências as quais os faziam sentirem-se integrados ao ambiente urbano, como o fiteiro da esquina e os amigos da rua, que são dispersados nos blocos de apartamentos distribuídos por sorteio. São afastados, também, dos lugares onde costumavam prestar pequenos serviços, o que os ajudava a compor a renda familiar.

De forma às vezes mais, às vezes menos explícita, mas sempre excludente, os ditos “favelados” continuam hoje a ser tratados como “incômodos e perigosos”. Vistos desta forma pelo poder público, se tornam objeto de intervenções que se propõem a “incluir-los socialmente” através de projetos habitacionais que, na verdade, transferem, mas não incluem, constroem casas, mas não assistem, enfim, oferecem e vão embora. Desta forma, os moradores de comunidades carentes se veem forçados a abandonar suas casas, oficinas, pontos comerciais e redes sociais, perdendo todas as referências que, bem ou mal, os integravam à vida urbana.

Assim, construir paredes se mostra ser bem mais simples que edificar comunidades. E, em pouco tempo, tais conjuntos habitacionais se transformam em favelas de concreto, e começam a apresentar os mesmos problemas que já existiam na favela, com os agravantes gerados pelo deslocamento do local de moradia.

1- “Xuxa” e “Deus nos Acuda” nas tramas dos gestores públicos

Para o estudo dessa problemática, tendo como pano de fundo a cidade de Recife, foram escolhidas como objeto de pesquisa a população de duas comunidades, Xuxa e Deus nos Acuda. Estas foram removidas de uma área de invasão, à beira do mangue da praia de Boa Viagem, para o Residencial III Via Mangue, localizado no bairro vizinho da Imbiribeira, em maio de 2010, como parte de um projeto mais amplo, a construção de um corredor viário, a Via Mangue, proposto para solucionar, segundo seus idealizadores, problemas relacionados com mobilidade urbana, preservação ambiental e habitação popular da zona sul do Recife.



Figura 1-Vista geral Xuxa, Deus nos Acuda e Residencial Via Mangue III-Fonte: Google

Apresentamos neste artigo alguns resultados obtidos a partir do desenvolvimento dessa pesquisa que tem como objetivo geral avaliar os impactos socioambientais provocados pelas intervenções governamentais nas referidas comunidades, usando como metodologia a análise dos depoimentos e entrevistas dos próprios moradores, objeto das intervenções. Este método se justifica pelo fato de as estatísticas governamentais não serem instrumentos adequados para conhecer em profundidade realidades humanas não mensuráveis, como as relacionadas à vida cultural e social de uma comunidade específica, o que se pode buscar através da oralidade dos próprios sujeitos e da observação in loco.

Como fontes secundárias para a pesquisa, foram utilizadas publicações jornalísticas impressas e eletrônicas, para análise dos discursos jornalísticos e governamentais; sites de opinião, para análise dos discursos sociais; assim como a literatura mais recente disponível sobre o assunto. Com isso, buscou-se entender as linhas de força que atravessam a malha discursiva produzida pelos diversos saberes e poderes, dentro do quadro de atores sociais, num processo de produção de espaços e de identidades, no ambiente urbano.

Espera-se que essa pesquisa possa contribuir com um processo de educação ambiental, na medida em que proporciona um “feedback” àqueles que definem objetivos para as políticas públicas, elaboram projetos urbanísticos ou apenas se interessam pelas temáticas sociais e humanas, contribuindo com a ampliação de uma consciência ecológica que possa gerar uma

melhor adequação das propostas dos gestores públicos, para a solução de problemas relacionados com a cidadania e com o meio ambiente nos grandes centros urbanos. Isso se pode dar através de um diálogo multidisciplinar que inclui a História, a Antropologia, a Sociologia, a Etnografia, a Gestão Pública, a Arquitetura e o Urbanismo. Essa aproximação da realidade cotidiana com as propostas de políticas públicas, poderá encerrar um ciclo vicioso, que empurra para longe os ideais de erradicação da pobreza, de preservação do meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, trazendo à luz uma complexa problemática que costuma ficar eclipsada nas estatísticas e avaliações elaboradas pelas instituições oficiais.

2- Contextualização

Historicamente, as favelas sempre foram representadas pelos governos e instituições como lugar da “desordem”. Nos últimos 100 anos, o “fantasma” da favela tem ocupado lugar de destaque no imaginário urbano, como focos de doenças, abrigo para bandidos e malandros, lugar de negros inimigos do trabalho duro e honesto, amontoado promíscuo de gente de baixa moral (ZALUAR e ALVITO, 2004), e no caso das favelas da Xuxa e Deus nos Acuda não foi diferente.

As duas favelas, localizadas no Bairro de Boa Viagem, surgiram como um desdobramento de outra que lhes deu origem, localizada no bairro vizinho do Pina, a Ilha do Destino, hoje uma ZEIS (zona especial de interesse social) (SÁ, 2008).

A Ilha do Destino, segundo depoimento de antiga moradora, foi fundada por pessoas vindas da zona da mata pernambucana, na década de 1970. Essa migração, causada pelo aparecimento das usinas de açúcar, modificaram as relações de trabalho agrícola ao apropriarem-se das terras que antes se destinavam ao plantio da lavoura de subsistência. Neste caso, a concentração de terras nas mãos de poucos, a expansão da monocultura da cana de açúcar e a mecanização das atividades agrícolas intensificadas neste período, provocaram a falta de empregos no campo, obrigando as populações a seguirem para as cidades atraídas pela maior oferta de empregos, salários mais elevados e melhor infraestrutura. Esse período caracterizou a cidade do Recife como uma zona de convergência de movimentos migratórios que adicionaram novos e importantes componentes na formação do espaço urbano (ALBUQUERQUE, 1993).

No entanto, na prática, essa eterna perseguição do eldorado das metrópoles se mostrou uma ideia equivocada, uma vez que essa mão de obra era considerada desqualificada e despreparada para enfrentar a dura competição pelo mercado de trabalho, num contexto estranho ao que estavam adaptados. Na metrópole, todo o acúmulo de conhecimentos que

traziam, relativos a outra realidade e a outro modo de vida, significava nada. Desta forma, as expectativas foram frustradas, e a maior parte desses imigrantes passou a engrossar as estatísticas dos excluídos sociais³, que foram morar nas favelas, nos cortiços e nos loteamentos irregulares. São esses sujeitos sociais, vítimas da modernização conservadora e da segregação socioespacial, que, ao lutarem pelos direitos aos recursos naturais e os serviços urbanos, recolocam em pauta a natureza social e política das questões ambientais.

A população que compunha as favelas Xuxa e Deus nos Acuda era, em parte, de pequenos comerciantes, os quais associavam à sua moradia o comércio de alimentos e de itens de primeiras necessidades, para atender aos moradores da própria comunidade; também de prestadores de serviço, como pedreiros, marceneiros, serralheiros, encanadores, eletricitas, faxineiras, e empregadas domésticas, que trabalhavam, principalmente, para os moradores dos prédios e casas de luxo de Boa Viagem; de catadores de materiais descartáveis, como latas e papelões; de vendedores de alimentos na praia de Boa Viagem e do Pina; e de operários e empregados formais de empresas localizadas em bairros distantes, que eram a minoria, pois a maioria sobrevivia em função da vizinhança com a praia e com o bairro de Boa Viagem.

A comunidade Xuxa era composta por cerca de 150 casas, e, por que estava geograficamente limitada pelo mangue e pelo traçado de ruas locais, tinha uma população relativamente estável, composta praticamente por pessoas ligadas por laços de parentescos, descendentes dos antigos fundadores da comunidade.

A favela Deus nos Acuda era bem maior, composta por cerca de 800 casas. Por estar localizada em uma área mais extensa da beira do mangue, estava constantemente crescendo, à medida que o mangue era aterrado pouco a pouco pela própria população. Diferentemente da Xuxa, sua população era mais “fluida” e crescente, composta de muitos inquilinos, que alugavam barracos edificadas sobre palafitas ou sobre novos aterros.

Ainda que tenham sido regiões urbanas cujos moradores mantinham laços identitários comuns, o que os caracterizava como comunidades, e apesar de compartilharem do mesmo estigma de “favelados”, havia naquele “microcosmos” ainda grande desigualdade. Os seus moradores se ocupavam de diferentes atividades como meios de vida, o que gerava grande variação no nível de renda entre a população.

3 O termo “excluído social” é muito abrangente e multidimensional. Pode se relacionar com idade, gênero, condição sócio-econômica e muitos outros fatores. Porém, aqui é tomado como uma condição social em que, por falta de condições econômicas, o indivíduo não tem acesso à participação na vida social como um todo, ou em alguns de seus aspectos (Rezende e Tafner, 2005).

As residências também guardavam grandes diferenças entre si. Havia casas, até de três pavimentos, em alvenaria, casas térreas em alvenaria com até quatro quartos, várias com mais de um pavimento. Muitos dos moradores, que já estavam na comunidade havia décadas, investiram muitos anos de trabalho na construção de suas casas. Mas também havia os barracos de madeira, uns mais bem construídos e outros nem tanto, feitos de restos de materiais, cobertos com lona e plásticos. Mas, a pior situação era dos que moravam além do aterro, nas casas chamadas de “flutuantes”, construídas sobre palafitas fincadas no fundo do mangue, e estes não eram poucos.

As ruas eram muito estreitas, sem acesso para carros, que, quando existiam, ficavam estacionados na periferia da favela. Não havia calçamento, e como no Recife as chuvas são frequentes, os becos estreitos viviam cheios de lama. Não havia esgotamento sanitário, e os dejetos corriam a céu aberto em direção ao mangue. As ligações de luz e água eram clandestinas, desviadas das ruas do bairro, que circundavam a favela.

O lixo era jogado diretamente no mangue, o que contribuía para a proliferação de baratas e ratos, que invadiam as casas e, às vezes, mordiam as crianças à noite, principalmente as que moravam nas palafitas.

Apesar do aparente caos, sugerido pela miséria, pela falta de infraestrutura e de planejamento urbano característicos de todas as favelas, existia na sua concepção uma lógica não planejada, mas forjada no cotidiano da vida, em função das necessidades do dia a dia, das conveniências, das oportunidades, no contexto da realidade social de seus moradores.

Muitos aspectos convergiam para a adaptabilidade dos moradores à configuração da favela, a segurança era um deles. Apesar de emanar da favela uma aura de medo para quem não morava lá, para os seus moradores o ambiente era bastante seguro. Pois, como disse a líder comunitária em uma de suas entrevistas: “Lá, pobre não roubava pobre!”. A favela era um ambiente em que a própria conformação das ruas e casas, que pareciam labirintos, dificultava o acesso de estranhos.

3-A Via Mangue

A Via Mangue, segundo a Prefeitura do Recife, é um projeto viário, habitacional e ecológico e tem por objetivo principal desafogar o trânsito de Boa Viagem, na zona sul do Recife. Sua conclusão está prevista para maio de 2013, prazo estabelecido pela FIFA (Fédération Internationale de Football Association) para as intervenções de acessibilidade nas

cidades que receberão a Copa do Mundo de 2014 e a Copa das Confederações, ainda em 2013. (PREFEITURA DO RECIFE, 2008).



Figura 2 - Via Mangue, Xuxa e Deus nos Acuda

Fonte: skyscrapercity.com

Ainda conforme a Prefeitura, a Via Mangue é uma obra estratégica para o desenvolvimento econômico, social, turístico e ambiental da cidade. O projeto inclui a melhoria da rede de saneamento; obras de urbanização; construção de 992 moradias para famílias que moram em palafitas e de outras localidades, distribuídas em 3 conjuntos habitacionais; e a complementação do sistema viário, que será acrescido em 4,5 Km, atingindo áreas ocupadas por moradias, motivo pelo qual foram retiradas (IDEM).

A ação da Prefeitura do Recife foi patrocinada pelo Governo Federal, através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Lula, que contribuiu com a maior parte da verba, enquanto a prefeitura entrou com a menor parte, como contrapartida. Essa ação compôs a segunda etapa da construção da Via Mangue, “uma proposta de intervenção urbana e preservação ecológica que complementa outras ações já realizadas pela Prefeitura do Recife para melhorar o trânsito na Zona Sul”, conforme divulgado pela prefeitura (IDEM).

Apesar de sua justificativa ecológica, promotores do meio ambiente contestam os benefícios a serem trazidos pela obra, afirmando que o aumento do sistema viário não compensará o impacto a ser causado nos 307 hectares de manguezais da região, considerada a maior área verde do Recife (SKYSCRAPERCITY,2009).

Em 01 de outubro de 2009, o Jornal do Comércio publicou uma matéria sobre uma audiência pública acerca do projeto Via Mangue, em que os moradores das favelas se manifestaram alheios à discussão ambientalista. Para eles, o que importava mesmo era deixar para trás a degradação de morar dividindo o espaço com ratos, baratas e insetos; era sair da lama para uma moradia digna (JORNAL DO COMÉRCIO, 2009).

2. CONCLUSÕES

Observa-se que, nos últimos anos, o poder público tem despertado para a necessidade de considerar certos aspectos que eram historicamente desprezados. No Recife, de modo especial no caso das favelas Xuxa e Deus nos Acuda, percebem-se novas preocupações por parte dos planejadores urbanos, como, por exemplo, manter a população o mais próximo possível do seu local de origem, construir as novas habitações em local com boa infraestrutura urbana, com equipamentos urbanos, com fácil acesso a transportes coletivos. Percebe-se preocupação, também, com a estética do novo edifício, o que é importante para elevar a autoestima dos moradores, e a afeição pelo local de moradia.



Figura 3-Residencial Via Mangue III - Fonte: acervo do autor

Houve, ainda, a intensão de amenizar o impacto social da transferência da população, através da indenização de comerciantes e proprietários de estabelecimentos de prestação de serviços, mas, de acordo com os moradores ouvidos, essa ação não resultou nos objetivos planejados. Isso pode trazer à luz duas questões: uma é a utilização pelos moradores de formas particulares de apropriações, para “consumir” o projeto imposto pelo governo, de forma diferente do que havia sido planejado.

As indenizações recebidas tinham a finalidade de proporcionar meios aos que tinham algum estabelecimento para providenciarem novos estabelecimentos fora do condomínio, mas o dinheiro foi absorvido rapidamente para atender a necessidades, com certeza, anteriores ao processo de mudança. Muitos pagaram dívidas, compraram eletrodomésticos, móveis e até carros, findando sem o dinheiro e sem os estabelecimentos.

Talvez a falta de uma assistência social efetiva por parte da Prefeitura tenha feito falta no encaminhamento desse processo. No mínimo, ficou provado que apenas indenizar os pontos comerciais não resolve o problema social, talvez o agrave. O problema é, portanto, bem mais complexo do que parece.

Ao mesmo tempo, criou-se um impasse com a proibição do exercício de qualquer atividade comercial dentro do condomínio, o que na prática, obviamente, não foi obedecido, pois a necessidade de sobreviver está acima de qualquer regra. Diante desse quadro surgiram as “táticas”, que burlam as “estratégias” governamentais, para viabilizar o curso da vida (CERTEAU,1994).

Pode-se concluir com essa pesquisa que é preciso se levar em conta os aspectos econômicos e culturais das populações transferidas, pois a favela não é só moradia, é também local de convívio comunitário, de comércio e de prestação de serviços.

De acordo com o discurso da Prefeitura, o objetivo do projeto era dar dignidade às pessoas de baixa renda, promovendo a sua inclusão social. Mas, de acordo com os dados coletados, pelo fato do projeto não incluir uma solução efetiva para o caso de quem tinha estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, o atingimento desse objetivo ficou inviabilizado. Porque, não é apenas o acesso a uma moradia digna que garante essa inclusão, mas também a garantia de trabalho e renda. No caso, aqueles que dependiam de seus estabelecimentos para sobreviver, passaram de pessoas de baixa renda para pessoas sem renda, e com mais despesas, pois na favela não havia conta de luz, água ou condomínio, o que eles vieram a conhecer no novo residencial.

Segundo Silva (2003), as identidades e as diferenças são construídas nas relações sociais. As suas definições discursivas e linguísticas estão sujeitas a vetores de força, a relações de poder. Portanto, as identidades são impostas, elas não são construídas harmoniosamente, elas são disputadas em um campo hierarquizado. Observa-se nesse processo de remoção das comunidades para o novo residencial que a população sofre um processo de imposição de nova identidade, que começa com a desarticulação da comunidade naquilo que é o seu próprio fundamento: sua organização social.

Os moldes em que foi concebido o projeto do residencial não levam em consideração muitos aspectos da cultura e da identidade dos moradores. Seu modo de vida, seus valores, suas tradições, suas lideranças, seus costumes, quase tudo foi desconsiderado. Foi imposto a eles um modelo de moradia, segundo os padrões da “classe média”: blocos de apartamentos sobrepostos, com quatro pavimentos; quadra de esportes; jardins comunitários; estacionamento amplo; guarita para porteiro, playground e salão de festas. Quando, de acordo com as entrevistas, eles prefeririam unidades independentes, com seus jardins e estacionamentos próprios; com local que possibilitasse a execução de pequenos trabalhos, como pequena oficina, comércio ou depósito.

Mas, como diz Michel de Certeau (1994), os produtos não são consumidos da forma como imaginam aqueles que os concebem, e sim conforme aqueles que os consomem. E, nesse jogo de poderes entre os gestores públicos com suas “estratégias” governamentais, representando os interesses do lado mais influente da sociedade, e a população removida das favelas, com suas “táticas”, exercendo seus “micropoderes” individuais, podemos observar que, as apropriações dos espaços por parte de seus usuários foi desenhando novas configurações e determinando novos usos não previstos pelos arquitetos e urbanistas.



Figura 4-Residencial Via Mangue III - Fonte: acervo do autor

Dessa forma, apesar das proibições e ameaças, os serviços de oficina vão sendo praticados nos vãos de circulação entre os prédios; as salas dos apartamentos térreos vão se transformando em lojas, como mercadinhos, depósitos de água mineral, mercearias e bares; os jardins laterais vão sendo cercados, tornando-se propriedades dos moradores dos apartamentos térreos; nos apartamentos superiores vão sendo penduradas placas abaixo das janelas: “Plínio cabeleireiro”, “Barbearia do Nezinho”. As circulações internas se transformam em estacionamentos de carroças de praia, e o estacionamento externo vai se tornando menor, por causa das barracas para venda de bebidas que nele vão se instalando, pouco a pouco. Nos finais de semana, áreas do estacionamento se tornam local de encontros de jovens, que colocam mesas e cadeiras, e ficam dançando e bebendo, ao som dos CD-players instalados nos automóveis.

O residencial foi planejado segundo uma concepção estranha à de quem sempre viveu numa favela. Provavelmente por falta de uma pesquisa acerca das tradições, do modo de vida e das reais necessidades da população para quem ele foi projetado. Por isso, o seu uso teve de ser adaptado posteriormente por esta, pois não oferece local para estacionamento de carroças, galpão para oficinas, condições para associação entre habitação e comércio, entre outras

necessidades relacionadas com a cultura e a economia próprias da população para quem foi projetado.

No entanto, o Residencial III Via Mangue, já esta virando uma referência para a cidade, pois os moradores mais adaptados já começam a desenvolver uma nova cultura: nem a que lhe foi imposta pelo poder público, nem mais a que trouxeram da favela, mas a resultante de uma nova experiência, em um novo contexto. É como diz o subsíndico informal, responsável por um dos blocos do condomínio: “o problema é que as pessoas vieram para cá e trouxeram a favela junto! Nós precisamos entender que não somos mais favelados!”. Assim, uma nova identidade vai se construindo, num jogo de poder, que não é mais só entre gestores e moradores, mas entre os próprios moradores.

Enquanto uns insistem em não pagar as contas de luz e água, nem sempre por falta de dinheiro, mas por não conhecerem essas práticas, pois na favela há décadas que se desfrutava desses serviços de forma clandestina, outros se esforçam para adaptar uma nova cultura. Lá, cada bloco elegeu um subsíndico, que recolhe uma taxa de R\$ 10,00 por mês, para cobrir despesas comuns, como consertos na bomba d’água, limpeza, pintura, troca de lâmpadas e instalação de grades de segurança na entrada dos blocos. As paredes coloridas dos blocos são um exemplo dessa mudança: mesmo após dois anos de entregues, não há uma só pichação.

O residencial já começa a “exportar” a sua experiência com o novo modo de moradia: no início de 2012, os então futuros moradores do Residencial Via Mangue II, etapa que ainda não havia sido entregue pela prefeitura (o Via Mangue III foi entregue antes do Via Mangue II), foram até lá para conversar com os moradores e observar a experiência, considerada por eles como bem sucedida.

No entanto, apesar dos passos que já foram dados, tanto pela prefeitura, quanto pela população, a presente pesquisa mostra que uma solução satisfatória para a questão habitacional na cidade de Recife ainda é uma conquista para o futuro. Pois a moradia precária e sem dignidade não representa o problema em si, mas é apenas a expressão de um problema social muito mais profundo. Não é apenas um “local digno” para morar que promoverá por si mesmo a justiça ambiental e social tão proclamada, é preciso um local digno para morar concebido segundo as características econômicas, culturais e identitárias da população, e que seja articulado com um programa paralelo efetivo de assistência social, que resulte na inserção da população no mercado de trabalho formal, na elevação da sua qualidade de vida, em melhores condições de atendimento à saúde e à educação das populações transferidas.

Sendo a cidade um todo indissociável, um projeto que inviabilize a sobrevivência de uma parcela de sua população refletirá, de uma forma ou de outra, nela como um todo. Portanto, faz-se necessário uma revisão de paradigmas, na elaboração de novas políticas públicas.

É preciso entender que numa cidade tudo está relacionado, mantendo uma condição de interdependência. Não é possível, então, um setor da população se beneficiar do prejuízo de outro. Sendo assim, uma visão holística por parte dos gestores públicos é necessária, para que sejam contemplados ao mesmo tempo aspectos culturais, sociais, funcionais e ambientais nos novos projetos, conforme muitas vezes é declarado nos discursos, embora lamentavelmente pouco efetivado.

3. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZZERA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALBUQUERQUE, M. de F.P.M. **Urbanização, Favelas e Endemias: A Produção da Filariose no Recife, Brasil**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.9, n.4, p. 487-497, oct./dez. 1993.

BRESCIANI, Maria Stella M. **História e Historiografia das Cidades**, Um Percurso, in Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.

CARLOS, Ana Fani A. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Brochura, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

HUGHES, P.J.A. **Segregação Socioespacial e Violência na Cidade de São Paulo: Referências Para a Formulação de Políticas Públicas**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n.4, p. 93-102, oct./dez. 2004.

JACOBI, P. **Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão**. In: CAVALCANTI, C. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. **O que é a favela, afinal?** Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view_text.php?id_text=16>. Acessado em: 25/10/2011

PARA MORADORES, O QUE INTERESSA É A CASA NOVA. Recife: JORNAL DO COMÉRCIO, publicado em 01/10/2009. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/archive/index.php/t-966144.htm> Acesso: 30 abr. 2012.

PREFEITURA DO RECIFE. **Via Mangue**. 2008. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/2008/05/05/mat_161990.php>. Acesso: 10 out. 2011.

SÁ, A.J. de . **Desigualdades Metropolitanas: Limites e Possibilidades**. In: SOUZA, M. A. de. (Org.). *A Metrópole e o Futuro: Refletindo sobre Campinas*. Campinas: Edições Territorial, 2008, v. 1, p. 335-345.

SILVA, Tomaz Tadeu da, HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SKYSCRAPERCITY.2009. Disponível em : <<http://www.skyscrapercity.com/archive/index.php/t-966144.html>> Acesso: 30 abr. 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Ed FGV-2004.

ZHOURI, Andréa. **Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano** - Revista Documenta. Rio de Janeiro, Nº 17, (2007). Disponível em: <http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/documenta/documenta17indic e.htm#> Acesso 20 ago. 2012.